



EDITAL DA CARTA CONVITE nº. 002/2023

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO - ESTADO DA BAHIA, torna público para ciência dos interessados que realizará licitação na modalidade **Carta Convite sob o nº 002/2023**, do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com base no **Processo Administrativo nº 084/2023**, em seção na Sala de Licitação & Contratos, situada à Av. Nascer do sol, s/n – Centro – Nova Redenção - Bahia, visando à contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada na entrada da cidade atendendo as necessidades deste município, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos. **Tipo Menor Preço Global.**

Esta Licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores e o Decreto 9.412/2018, além das condições previstas neste Convite e seus anexos.

A Carta Convite será realizada pelo Presidente da Comissão, o Sr^a Gelsina Santos Carneiro e Membros constituídos pelos seguintes servidores: Vitor Rangel Azevedo Santana e Sr. Josevaldo Almeida dos Santos, designadas através do Decreto nº 03/2023.

A abertura da sessão de Carta Convite terá início no dia 01 de novembro de 2023 às 14:30 horas.

As empresas convidadas, bem como aquelas que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para entrega dos envelopes, devendo possuir ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, através de representantes que atendam os requisitos estabelecidos, que se enquadrem como microempresas e empresas de pequeno porte, nos ditames do que dispõe o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06, e que satisfaça as condições e exigências do presente Edital e seus anexos.

O Convite e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Redenção, no endereço Av. Nascer do sol, s/n – Centro – Nova Redenção - Bahia, BA, no horário de 08:00 às 12:00. e no site www.novaredencao.gov.com.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente administrativo no Paço Municipal na data marcada para recebimento dos Envelopes, dos Documentos de Habilitação e Proposta Comercial, independentemente de notificação verbal ou escrita, estará automaticamente prorrogada para o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data determinada para a sessão Pública visando o recebimento dos referidos envelopes e prosseguimento dos procedimentos pertinentes ao Processo Licitatório, que será realizado no mesmo horário e local determinado no preâmbulo deste Convite.

2. DO OBJETO:



constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada e ciclovia na entrada da cidade atendendo as necessidades do município de Nova Redenção- BA, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos.
Tipo menor preço global.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.

3.1 Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório poderão ser realizados por qualquer pessoa inclusive licitante, e deverão ser feitos ao presidente da Comissão de Licitação até o 2º (segundo) dia da data marcada para o recebimento dos envelopes.

3.2 Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à presidente da Comissão de Licitação, preferencialmente por escrito, a ser protocolado junto ao Departamento de Licitações e Contratos, situada à Av. Nascer do sol, s/n – Centro – Nova Redenção - Bahia, no horário de 08h00min às 12h:00min e das 14h:00min às 17h:00min horas, sempre nos dias de expediente.

3.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

3.4 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Convite até o 2º (segundo) dia útil da data marcada para recebimento dos envelopes, cabendo o Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.5 O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação, a ser protocolado junto ao Departamento de Licitações & Contratos, no horário de 08h00min (oito) às 12h00m e das 14h00m às 18h00min (dezoito) horas, observado o prazo previsto no subitem 3.4 deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias;

3.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

3.7 Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas aderem a esse Convite tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.8 Qualquer modificação no Convite exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Convite.

4.2 Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

4.1.2 Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;

4.2.2 Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Redenção;

4.2.5 Estejam constituídas sob a forma de consórcio;

4.2.6 Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

4.3 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação;

4.4 Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Convite;

4.5 O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório;

4.6 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Convite.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1. No início da sessão pública de realização da Carta Convite, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto a Presidente da Comissão de Licitação devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2. A credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, em conformidade com o modelo contido no **Anexo II**, ou outro documento que comprove os poderes necessários para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do licitante, juntamente com cópia de documentos de identificação do representante legal



credenciado, acompanhado de cópia do contrato social ou documento equivalente da empresa.

5.2.1 No caso de sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante, deverá ser apresentado cópia do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações, devidamente acompanhados por documento de identificação com foto do(s) sócio(s)/proprietário(s).

5.2.2 O caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, bem como dos documentos de identificação com foto do(s) sócio(s)/proprietário(s), no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.2.3 Os documentos exigidos acima poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo Presidente da Comissão de Licitação ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de credenciamento.

5.3.A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo contido no **Anexo III** deste Convite;

5.4.O licitante que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá comprovar a condição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, através de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, devidamente acompanhada da Declaração de Regime de Enquadramento Fiscal de Pessoa Jurídica, conforme modelo contido no **Anexo IV**;

5.5.A empresa licitante deverá apresentar declaração de atendimento ao art. 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, conforme **Anexo IX**;

5.6.A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que não existem fatos impeditivos à sua habilitação, conforme modelo contido no **Anexo VI** deste Convite.

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou por Membro da Comissão, no momento da análise dos documentos de habilitação, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.



6.1.1 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante.

6.1.2 Os documentos de habilitação deverão ser entregues pessoalmente ao Presidente da Comissão de Licitação, em envelope indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Convite.

6.1.3 O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
CARTA CONVITE Nº 002/2023
ENVELOPE Nº. 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:
CNPJ:
TELEFONE/FAX:

7 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas nesse Convite.

7.1 REGULARIDADE JURÍDICA:

7.1.1 Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações se forem o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado, de documentos de eleição de seus administradores, em cujo teor se comprove o seu ramo de atividade e a sua compatibilidade com o objeto licitado;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado, de documentos de eleição de seus administradores, em cujo teor se comprove o seu ramo de atividade e sua compatibilidade com o objeto licitado;

7.1.3. Cópia da Cédula de Identidade e CPF do(s) sócio(s) administrador(es) da empresa.

7.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

7.2.2. Certidão de Regularidade com FGTS;

7.2.3. Certidão de regularidade junto ao Município sede da empresa;



7.2.4. Prova de Regularidade, através de Certidão Específica, para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

7.2.5. Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeito Negativo de débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, comprovado sua regularidade para com a Fazenda Federal;

7.2.6. Prova de regularidade relativa para com o Alvará de Licença e Funcionamento da sede do Licitante;

7.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A documentação relativa à qualificação técnica consistir-se-á do que se segue:

7.3.1. Registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Comprovação de registro no CREA da empresa .

7.3.2. A comprovação do vínculo profissional formal do responsável técnico com o licitante deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- I. no caso de vínculo empregatício: contrato de trabalho e última alteração de salário;
- II. no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede do licitante;
- III. no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço.

7.3.2.1 Declaração de que o(s) responsável(eis) técnico(s) será(ão) o(s) responsável (eis) pela execução da obra, objeto deste Convite, com informação do(s) respectivo(s) nome(s), CPF e nº do registro na entidade profissional competente, conforme modelo constante no **Anexo XII** deste Convite;

7.3.3. Atestado de Visita aos locais onde serão executados os serviços, que comprove que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Convite, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Convite, sob condição de inabilitação. A visita tratada neste item **deverá ser realizada em até 24 horas antes da data marcada para o certame, no horário das 08:00 Às 12:00 horas**, por um responsável técnico da empresa licitante e a mesma deverá ser agendada junto à Secretaria de Infraestrutura;

a.) A vistoria visa o conhecimento total das especificações e das condições para realização do serviço objeto da licitação, pois a Prefeitura Municipal de Nova Redenção não aceitará nenhuma alegação posterior.

b.) As despesas com a visita técnica correrão por conta da licitante interessada;



c.) O licitante que não fizer a vistoria assume a responsabilidade de executar os serviços sem direito a reclamações de reajustes de preços com base em desconhecimento das condições técnicas, logísticas ou materiais a serem empregados na execução dos serviços ou alegações de desconhecimento dos serviços ou local de execução.

d.) A apresentação do Atestado de Visita/Vistoria(conforme modelos disponibilizados no Edital) ou Declaração de conhecimento das informações e condições locais, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

7.3.4. Em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado da Bahia, deverá apresentar o Registro no Conselho do Estado de origem, e, se licitante vencedora, fica a mesma obrigada a apresentar o visto do CREA/BA, antes da assinatura do Contrato;

7.3.5. Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do Contrato, por outro profissional de comprovada experiência equivalente ou superior, e previamente aprovado pela Administração;

7.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de registro e regularidade de situação da Empresa no CREA;

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

c) A comprovação de aptidão da empresa licitante, será feita com a apresentação de pelo **menos 01 (um) atestados de aptidão em nome de seu responsável técnico**, fornecidos por pessoa (s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente da respectiva região onde as obras e os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, em que fique demonstrado a execução da (s) obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital.

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

7.4.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do Proponente (válida somente se, expedida dentro de 30 dias antes da sessão inaugural, caso não tenha validade expressa).

7.4.2 Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, considerando forma e calendários legais, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário devidamente registrado no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada à substituição por balancetes ou Balanço Provisório. O licitante apresentará, conforme o caso, autenticados, publicação do Balanço ou cópias



reprográficas das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, ou no Cartório do Registro de Títulos e Documentos, todos obrigatoriamente firmados pelo Contador habilitado, com comprovação através da apresentação da Certidão de Regularidade Profissional (CRP), perante o C.R.C (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Dirigente/Sócio, qualificados.

7.5 DECLARAÇÕES

No momento de habilitação, dentro do Envelope nº 01 – Documentos de Habilitação deverão ser apresentados ainda as seguintes declarações:

7.5.1 DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR, CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO VII;

7.5.2 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO X.

8 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.1 A proposta comercial deverá ser elaborada preferencialmente em conformidade com o modelo constante no **Anexo XI** deste Convite e impressa em papel timbrado da empresa, contendo: Razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, endereço eletrônico e e-mail (se houver), em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo.

8.1.1 Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, os impostos, taxas e tributos eventualmente devidos conforme legislação pertinente e os benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, com salários e benefícios conforme acordo coletivo de trabalho da categoria sindical, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta licitação;

8.1.2 Os quantitativos estimados dos serviços constantes do **Anexo I**, não poderão ser alterados para composição da Proposta Comercial;

8.2 A proposta comercial deverá ser entregue pessoalmente a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, em envelope indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Convite.

8.3 O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:



À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
CARTA CONVITE Nº 002/2023
ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:
CNPJ:
TELEFONE/WATTZAP :

8.4 Havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Presidente da CPL proceder às correções necessárias;

8.5 Havendo erro entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, devendo a comissão refazer o cálculo para fins de julgamento.

8.6 Nos preços constantes na proposta, deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à prestação do mesmo;

8.7 Deverá ser entregue juntamente com a proposta de preço, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo constante no **Anexo VIII**;

8.8 A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da sessão pública;

8.8.1. Excepcionalmente, antes do término do período original de validade das propostas, a Comissão poderá solicitar à licitante a extensão de tal prazo. A eventual solicitação deverá ser feita por escrito e a licitante, ao recebê-la, deverá também responder por escrito. A anuência à extensão do prazo deverá ser assinada por representante legal da licitante.

8.8.2. Não será permitida qualquer alteração da proposta da licitante que concordar com a extensão de seu prazo de validade.

9. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, bem como, a Lei Complementar nº. 123/06.

9.1 No local, dia e hora previstos neste Convite, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, munidos dos envelopes “01” e “02”, apresentados na forma anteriormente definida. Os licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos que, para tanto, deverão estar munidos da carta de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa, com poderes para praticar todos os atos da licitação, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações e se manifestar quanto à desistência de interposição de recurso.



9.2 Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a Documentação e a Proposta de Preço da licitante, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a sua troca ou recebimento de adendos, acréscimo ou esclarecimentos aos documentos já entregues, ressalvado o disposto no parágrafo 3º do artigo 48 da Lei Federal n. 8.666/93;

9.3 É facultado à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover ou determinar diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

9.4 Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão de Licitação, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

9.5 Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “01 e 02” será lavrada ata circunstanciada, rubricada pelos representantes credenciados. Serão considerados habilitados os licitantes que atenderem integralmente às condições previstas na cláusula 07 deste Convite.

9.6 Comunicado o resultado aos licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “02” – PROPOSTA DE PREÇOS, desde que todos os licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes “02” – PROPOSTA DE PREÇOS, fechados.

9.7 Ultrapassada a fase da habilitação, a Comissão de Licitação não mais poderá desclassificar os licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

10 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope, lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, identificada como Proposta de Preços, endereçada à Comissão de Licitação, com indicação dos elementos constantes na cláusula 08 do Convite.

10.1 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Convite, aquelas com preço excessivo e aquelas que tiverem preço manifestamente inexequível.

10.2 A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem deverão estar em original, datilografada ou digitada apenas no anverso sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas e assinada pelo representante legal, ou mandatário especificamente credenciado.

10.3 Todas as páginas da proposta deverão ser rubricadas pela signatária da mesma, e as suas folhas devidamente numeradas.



10.4 A proposta de preços poderá ser apresentada nos moldes do Formulário de Proposta de Preços constante no **Anexo XI**, do Convite.

10.5 A presente licitação, para efeitos de julgamento, será do tipo “**Menor preço global**”.

10.6 Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos licitantes para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação, o prazo constante no art. 48, § 3, da Lei Federal 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor, fracassado ou deserto, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.

11.2 O Presidente da Comissão de Licitação negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

11.3 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.

11.4 Admitido o recurso será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de suas razões.

11.5 Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

11.6 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do convite, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar as contrarrazões no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

11.7 A apresentação das razões e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao Departamento de Licitações & Contratos, no horário de 08h00min às 12h:00min.

11.8 Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao(a) Presidente da Comissão de Licitação(a), que poderá:

11.8.1 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

11.8.2 Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a Autoridade Competente.

11.9 Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o(a) Pregoeiro(a) reconsiderar sua decisão.



11.10 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.

11.11 As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Município.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 A Presidente da Comissão de Licitação adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

12.2 Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12.3 Após o julgamento a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo, com a ordem de classificação das licitantes, à autoridade superior (Prefeito) para homologar, ou não, todo procedimento.

12.4 A homologação do presente certame está diretamente condicionada à autorização para início da prestação do serviço.

12.5 Homologado o procedimento a autoridade superior adjudicará ao licitante vencedor o objeto da licitação, ficando a subsequente efetivação do contrato de execução a ser firmado em até cinco dias úteis, com a convocação da licitante vencedora para assiná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco), desde que devidamente justificado.

12.6 Na eventualidade do Objeto não vir a ser adjudicado por desinteresse da Licitante Vencedora, ou pelo não comparecimento para assinatura do Instrumento de Contratação, o Município aqui licitante considerará tal conduta como descumprimento total da obrigação assumida, podendo adjudicá-lo às Licitantes classificadas em posições subseqüentes, e demais disposições constantes do Convite, observando-se as mesmas condições e preços ofertados pela Licitante Vencedora.

12.6.1 Se houver mais de uma recusa, poder-se-á adotar procedimento idêntico para as demais Licitantes classificadas.

12.7 O Município, aqui licitante, poderá optar pela não contratação do objeto da CARTA-CONVITE, no interesse da Administração Municipal, não cabendo a Licitante vencedora qualquer tipo de indenização.

12.8 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 8.666/93.



12.9 O licitante que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressão que, a critério do MUNICÍPIO, aqui licitante, se façam necessários nos serviços desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.10 Caso a empresa contratada não satisfaça a condição acima epigrafada, o contrato será automaticamente rescindindo.

13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da licitante declarada vencedora será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta do **Anexo V**.

13.2 O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.

13.3 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14 – DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

14.1 Ocorrendo interesse por parte da Administração Municipal, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) revogada por razões de interesse público ou anulada por ilegalidade esta licitação, ou
- b) adiada a abertura desta licitação, ou
- c) alterado este instrumento convocatório, com fixação de novo prazo, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.2 No caso de revogação ou anulação após a celebração do contrato e a expedição da ordem de serviço competente o município se compromete a indenizar a Contratada pelos serviços executados até a data em que for declarada a decisão de nulidade ou revogação.

14.3 Em qualquer dos casos que implique em desfazimento do processo licitatório será assegurado o contraditório e ampla defesa.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1 O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, com apresentação da nota fiscal e o relatório dos serviços realizados e poderá ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ou fatura devidamente atestado pelo Chefe da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos, ressalvado o caso previsto no § 3º do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.



15.2 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

15.3 O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontra-se adimplente com a regularidade fiscal e trabalhista, devendo ser comprovada mediante:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeito Negativo de débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, comprovado sua regularidade para com a Fazenda Federal;;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do seu prazo de validade (Lei Federal nº 8.036/1990 e 8.666/1993);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do seu prazo de validade (Lei Federal nº 12.440/2011 e 8.666/1993);
- e) Certidão Negativa de débitos, emitida pela Secretaria de Tributação do Estado, no qual se localiza a sede da licitante, ou outro documento que o substitua legalmente.
- g) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante ou domicílio, dentro do seu prazo de validade;

15.4 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes deste contrato, correrão por conta da seguinte dotação fixada na Lei Orçamentária Anual, exercício de 2023:

UNIDADE: 02.11.01 – SECRETARIA MUNIC. DE INFRAEST. E SERVIÇOS URBANOS
PROJETO: 15.451.14 .1017 **CONST., AMPL., REVITALIZAÇÃO E APARELHAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA E BENS DE USO COMUM DO MUNICÍPIO**
ELEMENTO DE DESPESA: 1-706-0000 - Transferência Especial da União
FONTE DE RECURSOS: 1-500-0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 A LICITANTE poderá ficar impedida de licitar e de contratar com a administração municipal pelo prazo de até 01 (um) ano, **garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;



- d) Não manter a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

17.2 Além desta penalidade a Administração poderá aplicar multa de até 5% sobre o valor total da sua proposta dada como lance, em caso de recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o contrato dentro dos 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua convocação.

17.3 O CONTRATADO sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação, a Lei orgânica, esta, no que couber, após o prévio processo administrativo, **garantida a ampla defesa e o contraditório constitucionais:**

17.4 **Advertência** dar-se-á, a critério da Administração, no caso de infrações leves;

17.5 **Multas:**

17.5.1 A inexecução, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato, sujeitará a parte infratora às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, garantindo a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º. Fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) do valor total do presente contrato para a parte que deixar de cumprir o contrato ou dar motivo à sua rescisão, revertendo o valor da multa em favor da parte prejudicada.

§ 2º. Pagará igualmente a multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato a parte que proceder o seu cancelamento, sem justo motivo, estando a menos de 10 (dez) dias da data acordada para a realização do evento.

§ 3º. As multas ora estabelecidas não se aplicam nos inadimplementos oriundos de calamidade e luto oficial, decretado por autoridade competente do país e acidentes de viagem, devidamente comprovados.

§ 4º. As penalidades previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a parte infratora da responsabilidade por perdas e danos, decorrente das infrações cometidas.

17.5.2 Por atraso na execução dos serviços fica o contratado sujeito a multa diária de 0,5%, sobre o total da prestação do serviço. A multa será aplicada a partir do primeiro dia após o prazo estabelecido para execução do objeto.

17.5.2.1 Caso o serviço, objeto da licitação, não tenha sido realizado até 02 (dois) dias do prazo estipulado para execução, poderá a Administração rescindir o Contratado (quando houver), sem prejuízo da cobrança de multa e demais cominações previstas na Lei nº8.666/93.

17.6 **Suspensão temporária** do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal será aplicada ao CONTRATADO:

17.6.1 Até 03 (três) meses, quando incidir duas vezes em atraso, por mais de 15(quinze) dias no caso de serviço, no mesmo contrato ou em contratos distintos, no período de um ano.



17.6.2 Até 01 (um) ano nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.

17.7 **A Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração será aplicada ao contratado que incorrer pela segunda vez na falta prevista no item 17.6.2.

17.8 Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

17.9 As multas previstas neste Convite poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, após prévio processo administrativo, **garantida a ampla defesa e o contraditório constitucionais**, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA.

17.10 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do serviço, após prévio processo administrativo, **garantida a ampla defesa e o contraditório** ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

17.11 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, se necessário, modificar este Convite, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.2A Presidente da Comissão de Licitação poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.3A Presidente da Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

18.4Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Licitação, com observância da legislação em vigor.

18.5Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Convite, prevalecerá o Foro da Comarca de Nova Redenção, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



18.6 São partes indissociáveis deste Convite os seguintes anexos:

- I. Projeto Básico/Memorial Descritivo;
- II. Modelo de Credenciamento;
- III. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- IV. Modelo de Declaração de Regime de Enquadramento Fiscal de Pessoa Jurídica;
- V. Minuta do Contrato;
- VI. Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação;
- VII. Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;
- VIII. Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta;
- IX. Declaração de Atendimento ao Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93;
- X. Modelo de Declaração de Inidoneidade;
- XI. Modelo de proposta de preços;
- XII. Modelo de Declaração de Indicação do Responsável Técnico;
- XIII. Atestado de Visita ao Local da Obra.
- XIV. Modelo - composição encargos sociais

Nova Redenção/BA, 25 de outubro de 2023

GELSINA CARNEIRO DOS SANTOS
Presidente da CPL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.1 - **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada e ciclovia na entrada da cidade atendendo as necessidades deste município, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos.
Tipo Menor Preço Global.

- 1 ORÇAMENTO SINTETICO
- 2 CRONOGRAMA-FISICO FINANCEIRO
- 3 BDI

GELSINA CARNEIRO DOS SANTOS
Presidente da CPL



CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A EmpresaCNPJ/MF Nº, situada à Rua.....Bairro..... credencia o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da Carteira de Identidade n.º, Expedido pela SSP/....., e devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º, residente à, n.º, –, CEP, como meu mandatário, para representar esta empresa, estando investido de poderes para impetrar e desistir de eventuais recursos podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a **CARTA CONVITE nº 002/2023** na forma do Edital.

_____, _____ de _____ de 2023.

(Nome / Assinatura do Responsável pela empresa)
CPF:

Obs.:

1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, da Cópia do Contrato Social da Empresa, devidamente registrado, com últimas alterações e do documento de identificação dos sócios da empresa.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

A empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Declara:

Sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na presente **Carta Convite nº 002/2023** e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2023

(Nome / Assinatura do Responsável pela empresa)

CPF:



CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME DE ENQUADRAMENTO FISCAL DE
PESSOA JURÍDICA**

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Srº (ª): _____, portador do CPF nº _____, e da Cédula de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto na Carta Convite nº 002/2023, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS.: Assinar com um “X” a condição da empresa:

- 1) () MICROEMPRESA, conforme o inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- 2) () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- 3) () EMPRESA NÃO ENQUADRADA, como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Caso assinalado a opção 1 ou 2, **declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.**

_____, _____ de _____ de 2023.

(Assinatura do Responsável)

IMPORTANTE:

1. As licitantes deverão entregar esta Declaração na fase de credenciamento, juntamente com a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de habilitação, assinalando uma das condições com epígrafe.
2. A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.
A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, falsa ou inverídica sujeitará a licitante sanções administrativas previstas em lei, bem como as sanções penais cabíveis.

OBSERVAÇÃO: Se particular, a credencial deverá ter a firma reconhecida em Cartório de Notas.



CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023

**CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM, DE UM
LADO A PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOVA
REDENÇÃO E DE OUTRO
A EMPRESA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nascer do sol, s/n – Centro – Nova Redenção - Bahia, CEP. 46.835-000, inscrita sob o CNPJ/MF n.º 16.245.334/0001-65, neste ato representado pela Prefeita Sra. Guilma Rita de Cássia Gottschall da silva soares a seguir denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, sediada na _____, N.º _____, _____ - _____ - _____, cadastrada no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o n.º _____/____-____, adiante denominado **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG n.º _____ SSP/____ e do CPF/MF n.º _____-____, firmam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de acordo com o Edital e seus anexos, resultantes da **CARTA CONVITE** n.º ____/____, **PROCESSO ADMINISTRATIVO** n.º ____/2021, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal n.º 8.666/93, com as modificações das Leis 8.883/94 e 9.648/98, e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada e ciclovia na entrada da cidade atendendo as necessidades deste município, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos e, em conformidade com o Anexo I do edital licitatório do qual decorre este termo contratual e da proposta de preços apresentada pela Contratada que e parte integrante do contrato independente de transcrição.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1- O presente contrato terá o regime de execução de forma indireta e do tipo empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

3.1. O valor global do presente Contrato importa em R\$ _____
(_____).

3.2. Nos preços ofertados na proposta da **CONTRATADA** já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de encargos trabalhistas, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, possam incidir sobre o presente Contrato.

3.3. O pagamento será efetuado após prestação dos serviços e apresentação da medição devidamente atestada por servidor responsável, mediante cheque ou Ordem Bancária creditada na conta corrente indicada na proposta, após o recebimento da nota fiscal, com as especificações do objeto licitado.

3.4 Havendo erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção. Esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

4.1 O prazo de início da execução deste serviço será de 03 (três) dias após a assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviços.

4.2 Poderá este contrato ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com o art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

4.3 O prazo de vigência deste Contrato incia-se na data de sua assinatura com término em ---- de ----- de 2023

4.4 O prazo de execução é conforme especificado nos serviços contemplados no cronograma físico-financeiro, em anexo ao processo licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1- Os recursos que cobrirão as despesas originadas pelo presente Convite correrão à Conta da seguinte Unidade Orçamentária:

UNIDADE:

PROJETO:

ELEMENTO DE DESPESA:

FONTE DE RECURSOS:



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1- Sem prejuízo de outros encargos previstos na licitação ou decorrentes da lei e deste Contrato, constituem obrigações específicas da **CONTRATADA** responder por todas as obrigações fiscais ligadas, direta ou indiretamente, ao fornecimento objeto do presente processo licitatório;

6.2- A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, estabelecidos neste Contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

6.3 – Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação.

6.4 – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado;

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1- Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, neste Contrato:

I- Colaborar com a **CONTRATADA**, quando solicitada;

II- Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** da eventual aplicação de multas previstas neste Contrato;

III- Efetuar, nos prazos estabelecidos neste Contrato, os pagamentos das faturas apresentadas pela **CONTRATADA** com base nos serviços executados e medidos pela Fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente Contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal 8.666/93.

8.2. A inexecução, parcial ou total, do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Nova Redenção e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.3. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

8.3.1. 0,3% (três décimos por cento) ao dia de atraso no fornecimento, sobre o valor deste Contrato;

8.3.2. 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso no fornecimento, sobre o valor deste Contrato, a partir do trigésimo dia de atraso.

8.4. Se a **CONTRATADA** der causa, por cinco vezes, à aplicação da penalidade prevista no subitem 8.4.1., poderá ficar suspensa, temporariamente, de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, na forma do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, com as alterações da Lei 8.883/94, sem prejuízo da aplicação dessa mesma sanção na hipótese de cometimento de outras faltas que o justifiquem.

8.5. Antes da aplicação de qualquer penalidade à **CONTRATADA**, ser-lhe-ão garantidos



a ampla defesa e o contraditório. Enquanto não houver decisão definitiva do **CONTRATANTE** acerca das multas a serem aplicadas, o valor correspondente ao pagamento das multas deverá ficar retido, sendo posteriormente liberado, em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento, em caso de condenação na esfera administrativa.

8.6. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1- A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 8666/93.

9.2- O **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

9.3- Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização.

9.4- Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas a seguir:

- I- Razão de interesse do **CONTRATANTE**, devidamente fundamentada;
- II- Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da **CONTRATADA**, se, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudicar a execução deste Contrato;
- III- Retardamento do início da execução do objeto contratado;
- IV- Mora na execução deste Contrato, com descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, salvo se devidamente justificado;
- V- Paralisação da execução deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- VI- Cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, ou associação do Contrato com outrem, sem prévio e escrito consentimento do **CONTRATANTE**;
- VII- Dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios-proprietários da **CONTRATADA**;
- VIII- Ocorrência de caso fortuito ou força Novembro, devidamente comprovado, se impossibilitar, total ou parcialmente, a execução deste Contrato;
- IX- Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso o **CONTRATANTE** viole qualquer das disposições deste Contrato;
- X- Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso fique comprovado, através de processo administrativo, que a **CONTRATADA** violou qualquer das disposições deste Contrato;
- XI- Por qualquer das partes e a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem qualquer direito da outra parte a indenizações ou reembolsos, a não ser pelos serviços prestados até a data efetiva da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS:



10.1- É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o recolhimento de impostos incidentes sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1- À **CONTRATADA** é vedado transferir a terceiros, total ou parcialmente, o presente Contrato, sem prévia e expressa autorização por escrito do **CONTRATANTE**, ficando sempre, e em qualquer hipótese, obrigada, perante o **CONTRATANTE**, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais.

11.2- A **CONTRATADA** é diretamente responsável pelos danos que causar a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO** ou a terceiros por si, seus representantes, na execução deste contrato, isentada o **CONTRATANTE** de quaisquer perdas ou destruições.

11.3- Das ordens de execução constarão o objeto da mesma, a forma de execução.

11.4- Todas as cartas e os documentos deverão ser trocados entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou carta.

11.5- Quaisquer atrasos no cumprimento do presente Contrato somente serão justificados e não considerados como inadimplemento contratual se provocados por motivos de comprovada força Novembro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO:

12.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Redenção - BA, para solucionar questões oriundas do presente Contrato, com prévia e expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2- E por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus devidos e legais efeitos.

-----, --- de ----- de 2023.

Município de Nova Redenção
CONTRATANTE

Empresa XXXXXXXXXX
CONTRATDA

Testemunhas:

Nome _____

CPF/MF nº _____

Nome _____

CPF/MF nº _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

A, (empresa), Inscrita no CNPJ nº, declara para os fins de direito, que não possui qualquer fato superveniente impeditivo de se habilitar, licitar ou cadastrar, na forma do inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, comprometendo-me ainda a manter atualizado a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, inclusive INSS, FGTS e TRABALHISTA.

_____, ____ de _____ de 2023

(Nome / Assinatura do Responsável pela empresa)
CPF:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

A empresa:
CNPJ:
Endereço:

Declara:

Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que até a presente data, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Nome / Assinatura do Responsável pela empresa)
CPF:



CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa _____, inscrita no **CNPJ nº** _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Srº (ª): _____, portador do **CPF nº** _____, e da Cédula de Identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto na **Carta Convite nº 002/2023**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da Carta Convite nº 002/2023, foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta para participar da Carta Convite nº 002/2023, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Carta Convite nº 002/2023, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Carta Convite nº 002/2023, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Carta Convite nº 002/2023, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Comissão Permanente de Licitação, antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que caso sagre-se vencedor da Carta Convite nº 002/2023, o responsável pela assinatura do contrato será o Srº: _____, portador da cédula de identidade nº _____, CPF/MF nº _____, residente à Rua _____, nº _____, no Município de _____, Estado _____, e;
- g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do declarante)

CPF:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART 9º, INCISO III, DA LEI 8.666/93

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Nova Redenção na Modalidade **Carta Convite nº 002/2023**, do tipo **Menor Preço Global** que objetiva a _____, com data da reunião inicial marcada para o dia __ de _____ de 20__, às __:__ horas na sala da Comissão Permanente de Licitações - CPL, que não possuímos servidor público municipal em nosso quadro técnico, conforme determina o art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2023.

Assinatura e Carimbo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Município de Nova Redenção na Modalidade Carta **Convite nº 002/2023**, que objetiva a _____, com data da reunião inicial marcada para o dia __ de ____ de 20__, às __:__ horas na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2023.
Local e data

Assinatura e Carimbo

OBS.: Usar papel timbrado da sociedade empresarial



CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO XI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA REDENÇÃO BA.

| DADOS DA LICITAÇÃO | |
|--|--|
| CARTA CONVITE nº 002/2023 | OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada e ciclovia na entrada da cidade atendendo as necessidades deste município, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos |
| Valor referencial R\$ 326.669,03 (trezentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e nove reais e três centavos) | |

| DADOS DA EMPRESA | | |
|-------------------------|---------------------|--------------------|
| RAZÃO SOCIAL: | | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: | |
| ENDEREÇO: | | |
| TELEFONE: | FAX: | EMAIL: |
| BANCO (NOME/Nº): | AGÊNCIA Nº: | CONTA CORRENTE Nº: |

| DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO | | |
|---|------------------|------|
| NOME: | | |
| RG: | ÓRGÃO EXPEDIDOR: | CPF: |

| | |
|--|---|
| VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS: 60 (sessenta) dias | PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 03 (três) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviços |
|--|---|

*Inserir planilhas detalhadas com a composição dos preços ofertados para os serviços/obra, conforme planilha de quantitativos constantes no anexo I.

OBSERVAÇÕES:

DECLARA-SÉ EXPRESSAMENTE QUE ESTÃO INCLUÍDAS NESTA PROPOSTA COMERCIAL, AS DESPESAS COM TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, ENCARGOS SOCIAIS, ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E QUAIS QUEREM OUTRAS DESPESAS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE O OBJETO DA LICITAÇÃO.

O PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA É DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ABERTURA DESTE CERTAME, EXCLUÍDO OS PRAZOS DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

FORMA DE PAGAMENTO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

CARIMBO DO CNPJ E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente da Comissão



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

CARTA CONVITE 002/2023

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em atendimento ao solicitado no edital da **CARTA CONVITE Nº 002/2023**, declaramos que o profissional....., CREA nº, será(ão) o(s) Responsável(is) Técnico(s) que acompanhará(ão) a execução do objeto da licitação, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal
Empresa

Assinatura do Responsável (eis) Técnico(s) mencionado



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA REDENÇÃO
Av. Nascer do Sol, S/N – Centro – CEP 46.835-000
CNPJ 16.245.334/0001-65

ANEXO XIII

ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

Atestamos, por meio do presente, que o Sr. _____, portador da cédula de identidade n.º _____ – SSP-____, Registro no CREA sob o n.º _____, **responsável técnico da empresa** _____, compareceu aos locais de execução do objeto determinado na Licitação na modalidade **Carta Convite nº 002/2023**, realizando vistoria "*in loco*" e obtendo, assim, todas as informações necessárias ao perfeito conhecimento do objeto do certame e, conseqüentemente, para a elaboração de sua proposta.

Nova Redenção/BA, _____ de _____ de 2023.

Assinatura responsável (área demandante)



TOMADA DE PREÇOS nº 002/2023

ANEXO XIV

MODELO - COMPOSIÇÃO ENCARGOS SOCIAIS

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obra objetivando a construção de uma pista de caminhada e ciclovia na entrada da cidade atendendo as necessidades deste município, de acordo com os quantitativos e demais especificações constantes neste edital e seus anexos.
Tipo: Menor Preço Global.

GRUPO I

| |
|---|
| INSS SESI SEBRAE SENAI SALÁRIO EDUCAÇÃO SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO INCRA FGTS SOMA (I) |
|---|

GRUPO II

| |
|--|
| REPOUSO SEMANAL REM. FÉRIAS AUXÍLIO ENFERMIDADE LICENÇA PATERNIDADE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO FALTAS JUSTIFICADAS AVISO PRÉVIO TRABALHADO SOMA (II) |
|--|

GRUPO III

| |
|---|
| AVISO PRÉVIO INDENIZADO DEPÓSITO PARA RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA SOMA (III) |
|---|

GRUPO IV

| |
|--------------------|
| GRUPO I X GRUPO II |
|--------------------|

| |
|-------|
| TOTAL |
|-------|

.....dede 2023.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)